

PARTICULAR E UNIVERSAL: ASPECTOS CLASSIFICATÓRIOS, ANTROPOLÓGICOS, ONTOLÓGICOS E LÓGICO-GRAMATICAIIS¹

PAULO TUNHAS

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

O universo de questões abertas pela oposição *particular/universal* revela uma imensa paisagem. Podemos distinguir, nesta paisagem, algumas áreas mais ou menos individualizadas, com os seus próprios grupos de questões, e com uma exactidão variável no tratamento dessas questões. A enumeração de questões que proporei — e que não tem evidentemente a preocupação de ser exaustiva, embora aspire a ser qualitativamente significativa — discrimina algumas das áreas da oposição, de acordo com uma ordem que deveria idealmente partir do mais definido e encaminhar-se para o mais vago. Mas o mais definido — será uma das conclusões desta comunicação — é permeado pelo mais vago, e não é pouco habitual ver, numa discussão de um tópico em que os termos são bem definidos, a infiltração de algumas características de vagueza conceptual que revelam a presença das áreas mais obscuras da oposição particular/universal. Nesta comunicação procurarei distinguir quatro aspectos principais nos quais se manifesta, a diferentes níveis, a oposição particular/universal: 1. Classificações. 2. Aspectos antropológicos. 3. Aspectos ontológicos. 4. Aspectos lógico-gramaticais. Num quinto momento, abordarei a questão da relação entre o par particular/universal e diferentes maneiras de pensar. Terminarei com uma referência à importância destas questões para a problemática da diversidade cultural na sua relação com a comunicação filosófica.

Por falta de espaço, apenas tratarei com algum detalhe as questões relativas aos aspectos lógico-gramaticais, e peço-vos antecipadamente desculpa da eventual aridez das questões que abordarei nesta parte da minha comunicação. Em relação aos três primeiros pontos, limitar-me-ei a oferecer algumas rápidas indicações, que apenas visam sugerir alguns domínios de exploração da oposição par-

ticular/universal. Por esta mesma razão, tive de introduzir uma alteração à ordem que inicialmente havia planeado. Tratarei assim em último lugar dos aspectos lógico-gramaticais, que representam o domínio onde a discussão se opera da forma mais definida. Mas os três primeiros pontos seguem o percurso ideal: do definido para o vago.

1. Classificações

Seria preciso, em primeiro lugar, abordar a oposição particular/universal à luz dos problemas que surgem na taxonomia científica (as questões postas pela taxonomia popular, a “etno-taxonomia”, como pode ser chamada, colocam-se em termos ligeiramente diferentes, que serão adiante referidos).

Apesar dos enormes problemas que a rodeiam — sobretudo problemas respeitantes aos critérios de classificação², e a influência de teorias filosóficas como o nominalismo, o idealismo e o evolucionismo³ — a taxonomia é menos vulnerável do que, por exemplo, a lógica às infiltrações ontológicas. Neste domínio, o programa de um realismo científico desenvolvido por David Armstrong⁴, isto é, a doutrina segundo a qual o estabelecimento dos universais se faz necessariamente *a posteriori*, com base na globalidade da ciência, é frequentemente aplicado. De acordo com Armstrong, a determinação dos universais é o resultado do trabalho da ciência, e uma tal determinação exclui claramente qualquer forma de dogmatismo *a priori*. O que seria importante discutir neste contexto é a questão de saber se uma tal posição não implica igualmente a total rejeição de uma qualquer forma — forte ou fraca — de transcendentalismo, o que constituiria, a admitir-se que a ciência tem necessariamente de recorrer a pressuposições transcendentais, kantianas ou outras, um poderoso elemento de crítica à sua teoria.

Conviria igualmente discutir a proposta de Wittgenstein⁵, desenvolvida por Renford Bambrough⁶, segundo a qual a solução do problema dos universais consistiria na adopção da ideia de “semelhanças de família”, de um “ar de família” como critério fundamental. Tal solução concebe-se como uma “dissolução” da questão dos universais, ao estilo terapêutico do segundo Wittgenstein. Ela eliminaria, de um só golpe, as posições nominalista e realista, exibiria a sua vacuidade. Mas a verdade é que, apesar de a ideia de semelhança desempenhar um papel principal nos processos classificatórios, ela não pode explicar por si mesma a natureza dos universais. Para mais, a própria ideia de semelhança possui conteúdos metafísicos fortes, e parece participar do problema que procura resolver.

O realismo *a posteriori* de Armstrong pode — *pace* o próprio Armstrong — ser aproximado da ideia popperiana de um Mundo 3⁷. O Mundo 3 popperiano, como se sabe, é constituído pelos produtos do espírito humano. Historicamente

criado, ele possui, no entanto, uma certa autonomia relativamente ao Mundo 1, o mundo da realidade física, e ao Mundo 2, o mundo dos conteúdos subjectivos da mente. É verdade que, para Popper, o Mundo 3 é sobretudo constituído por teorias, conjecturas, obras, e não por realidades metafísicas (ao modo platónico, admitindo que a posição de Platão é, neste capítulo, simples) como os universais parecem tender a ser. Mas nada nos impede de desenvolver uma teoria dos universais que não os esvazie, pelo menos parcialmente, dos seus aspectos metafísicos mais notórios. Eles podem ser concebidos como dependendo intrinsecamente de teorias e de conjecturas, e receberem assim uma espécie de legalidade popperiana. Sob este aspecto, como disse, o realismo *a posteriori* de Armstrong não parece incompatível com uma posição de tipo popperiano.

A evolução da taxonomia científica pode ser analisada a partir de muitos aspectos. Mencionarei alguns: a natureza da taxonomia no "pensamento selvagem"⁸; a passagem dos "nomes frásicos" da tradição aristotélica, possuindo uma função diagnóstica e descritiva, aos nomes triviais de Lineu, com uma função designativa⁹; o estatuto da taxonomia evolucionista¹⁰; a taxonomia neo-positivista¹¹; e a controvérsia entre a taxonomia numérica e a não-numérica. Em todos os casos, a criação das taxonomias parece depender de particulares entendimentos da relação entre a linguagem e a realidade. Estudos como o de M. M. Slaughter¹², por exemplo, procuram ainda mostrar a solidariedade entre a tentativa de constituição de uma linguagem universal no século XVII e a criação de nomenclaturas taxonómicas. O problema das taxonomias é, de resto, um problema que deve ser estudado dentro do contexto mais vasto do problema do estatuto das classificações e da relação destas com o conhecimento¹³, e mesmo em relação com o conceito de colecção¹⁴.

2. Aspectos antropológicos

Passemos à questão antropológica por excelência: existirão ou não invariantes no comportamento humano? A palavra "universal" tem aqui o sentido preciso de "aquilo que é comum a todos os seres humanos", por oposição a "aquilo que não é comum a todos os seres humanos".

Haveria que considerar primeiro o estatuto da controvérsia acerca dos universais antropológicos. A sua permeabilidade àquilo que podemos chamar, à falta de uma melhor expressão, "preconceitos ideológicos" — tais como o etnocentrismo (e a sua crítica), o relativismo (e a sua crítica) e o universalismo (e a sua crítica) — tornam o seu estudo, num certo sentido, mais difícil do que aquele que versa sobre as questões lógico-gramaticais e classificatórias. O delírio contemporâneo em torno dos *gender studies* dá bem a dimensão do estado das coisas.

O exemplo da linguística é, neste caso, significativo.

O relativismo não é uniforme. A hipótese Sapir-Whorf — o paradigma por excelência do relativismo linguístico — pode ser considerada a quatro níveis. Seguirei de perto um excelente artigo de Joshua A. Fishman¹⁵. O *nível mais fraco* da hipótese Sapir-Whorf é o nível da *codificabilidade lexical*. Não há um equivalente exacto em Português para a palavra alemã *Gemütlichkeit* [comodidade, conforto?], tal como não há, presumivelmente, um equivalente exacto em Hopi ou em Navajo para a palavra portuguesa *saudade* (um exemplo inevitável). O Português (tal como o Francês) possui apenas um termo (*consciência*) para designar aquilo que o Inglês cinde em *conscience* (com significado moral) e *consciousness* (com significado mental). Certos fenómenos são mais fáceis de referir nalgumas línguas do que em outras, certas línguas são mais capazes de captar determinadas *nuances* — ou, se se quiser, matizes, porque aqui não há problema — dos fenómenos (físicos ou psicológicos) do que outras. As diferenças aumentam evidentemente se certas populações se encontram mais intimamente dependentes de certos fenómenos do que outras: não é motivo para excessiva estranheza se os esquimós — ou, como parece ser mais correcto dizer, os inuis — possuem mais palavras para designar a neve do que os guineenses. Um *segundo nível* é o nível da *codificabilidade semântica*. Ele tem a ver com a relação entre a estrutura semântica das línguas e os comportamentos não-linguísticos dos indivíduos. Dito de outra maneira, o segundo nível diz respeito à maneira como se estabelece a relação entre a diversidade lexical das diversas línguas e a efectiva capacidade discriminatória dos falantes dessas diversas línguas. O exemplo mais fácil é o da discriminação do contínuo das cores. O *terceiro nível* respeita à relação entre *gramática e cultura*. A gramática de uma língua forma as ideias, programa e guia as actividades mentais dos indivíduos. Trata-se, sem dúvida, de um nível mais profundo da relatividade linguística. A ausência de tempos verbais em Hopi, por exemplo, determina indubitavelmente a estrutura do pensamento, por exemplo, a concepção da duração dos acontecimentos. No sistema dos verbos dos índios Navajos — um outro exemplo — parece não haver uma separação nítida entre os actores, as suas acções e os objectos dessas acções. Ou, se se quiser ficar pela Europa, tomemos o facto relevante de o adjectivo preceder vulgarmente o nome em inglês, enquanto que o inverso acontece em francês (tal como, de resto, em português); segundo certos autores, isso conduziria, no primeiro caso, a um pensamento tendencialmente descritivo e indutivo, e, no segundo, a um pensamento primacialmente classificatório e dedutivo. O *quarto nível* da hipótese Sapir-Whorf seria o mais forte. Diz ele respeito à *relação entre a estrutura verbal e os seus concomitantes comportamentais*, ou, se se quiser, a maneira como a diferença da estrutura gramatical determina não só os comportamentos cognitivos dos indivíduos mas o desenvolvimento das suas capacidades práticas (artísticas ou científicas, por exemplo). Fishman, reflectindo sobre os quatro níveis da hipótese Sapir-Whorf que acabámos de enunciar, pôde concluir: "Apesar de existirem indícios probantes

favorecendo a hipótese whorfiana a cada um destes níveis, parece verosímil que a relatividade linguística, apesar de afectar o nosso comportamento cognitivo, é no entanto apenas um factor moderadamente poderoso, e, de facto, um factor neutralizável¹⁶.

As implicações filosóficas da hipótese Sapir-Whorf, pelo menos nos seus três primeiros níveis, no pensamento de um filósofo tão influente como Quine são bem conhecidas, nomeadamente na sua teoria da relatividade ontológica¹⁷. Elas deram mesmo lugar a um dos mais célebres exemplos filosóficos da segunda década deste século. Não se pode saber se um conjunto de expressões de referência em duas línguas diferentes denotam os mesmos indivíduos. Como é que um antropólogo pode saber — dado o relativismo linguístico e a subdeterminação das teorias pela experiência — se a palavra *Gavagai*, pronunciada por um indígena, designa “coelhos”, “estádios de coelho” ou “partes de coelho”?¹⁸.

A reacção ao relativismo linguístico é, no entanto, significativa. Vimos já que a conclusão de Fishman, na sua análise dos quatro níveis da hipótese Sapir-Whorf, aponta para a relativização desse mesmo relativismo. As duas mais importantes expressões da tendência universalística, a escola generativista¹⁹ e a escola tipologista²⁰, com os seus pontos de contacto e de divergência²¹, negam ambas a tese de uma incomensurabilidade radical entre línguas e sistemas de pensamento diferentes. Um artigo célebre de Burt W. Aginsky e Ethel G. Aginsky havia antecipado tais conclusões²².

Os resultados da escola generativista, sobretudo as obras de Chomsky, são bem conhecidos. Notemos apenas que eles deram lugar a um dos mais importantes programas de investigação no quadro das ciências cognitivas: a ideia de uma “língua da mente”, o “mentalês”, desenvolvida por Jerry Fodor²³. No contexto dos trabalhos da escola tipologista, emergiram três tópicos de discussão particularmente importantes:

- a) a existência de termos básicos de cor²⁴;
- b) a natureza e a evolução das categorias biológicas populares²⁵;
- c) a importância da etno-anatomia²⁶.

Não tenho aqui espaço para detalhar os resultados desta investigação. Limitar-me-ei a dizer que todas elas apontam para a existência de invariantes (por vezes extraordinariamente surpreendentes) no domínio das classificações populares, e que constituem poderosas infirmações das doutrinas relativistas. Acrescente-se que, como foi várias vezes notado, mas merece ser sublinhado, o relativismo, tal como o cepticismo radical, incorre naquilo que Karl-Otto Apel gosta de chamar uma “auto-contradição performativa” (dito de outro modo, é auto-refutatório, na medida em que, para estabelecer as suas afirmações, necessita de pressupor aquilo que refuta), ou, pelo menos, envolve paradoxos

díficeis de eliminar. Afirmar, por exemplo, a radical incomensurabilidade das línguas (ou, num outro contexto, das teorias científicas, à maneira de um certo Kuhn ou de Feyerabend), pressupõe justamente a possibilidade de uma comparação prévia e o diagnóstico das dificuldades. *Pathei mathos*, na fórmula célebre de Êsquilo, “é preciso sofrer para aprender” — mas isso não significa que se não possa aprender, significa exactamente o contrário, independentemente do facto de um estado pré-Babel ser certamente mais confortável. *Il n’y a pas d’amour heureux*.

Todos estes aspectos nos parecem indicar (com toda a prudência que se deve ter nestas questões) que o relativismo não constitui já um programa de investigação interessante e que os universais linguísticos devem ser encarados, à maneira de Marshall Sallins, como estruturas simbólicas²⁷ emergindo de um fundo biológico, ao modo de René Thom²⁸.

3. Aspectos ontológicos

A determinação de “aquilo que existe” é o assunto da ontologia. É igualmente uma das mais cruciais questões da filosofia. Em nenhum outro domínio a oposição particular/universal foi tão importante na criação de “programas de investigação metafísicos”.

Os exemplos são inúmeros. A oposição entre o realismo transcendente de Platão, em que a maior realidade objectiva é atribuída aos universais, e o realismo imanente aristotélico, com a ênfase nos particulares considerados como substâncias primeiras²⁹; a controvérsia entre as escolas de pensamento Nyaya e Budista³⁰; a oposição entre Duns Escoto e Ockham³¹, e, mais geralmente, várias controvérsias medievais, sobre as quais Alain de Libera publicou, não há muito, um livro notável³²; a crítica de Berkeley a Locke; o conflito entre os programas metafísicos de Peter Frederick Strawson e de Willard van Orman Quine, ou de Gustav Bergmann e Bertrand Russell, de que falarei mais adiante. A oposição particular/universal permaneceu sempre — mesmo quando insuspeitada — o núcleo duro dos desacordos filosóficos.

A influência da ontologia é notória em dois dos estratos conceptuais diferentes (o estrato lógico-gramatical e o estrato classificatório), mas não parece desempenhar um papel importante no que diz respeito às questões antropológicas.

É possível, no espírito dos trabalhos de Armstrong³³, defender, como já disse, um realismo *a posteriori*. Este realismo deve no entanto ter em conta a tese humeana do carácter “propensitário” dos universais³⁴ e a afirmação popperiana do primado das disposições³⁵. Dito de outra maneira: deve ter em conta que o espírito determina, por uma propensão interna (um apetite, poder-se-ia dizer), que se

fortifica através do hábito, os universais existentes; e que essa propensão é de natureza disposicional, isto é, é prévia à experiência e formadora da experiência.

O realismo no que diz respeito aos universais depende do realismo relativamente às teorias. Quaisquer que sejam os seus problemas (e há um problema essencial nunca resolvido por Popper, que consiste na relação do Mundo 3 com o Mundo 2, o mundo das disposições mentais), algo como um Mundo 3 popperiano é necessário para afirmar a realidade objectiva dos universais.

4. Aspectos lógico-gramaticais

Passemos agora às questões lógico-gramaticais.

Abordarei a oposição entre termos particulares e gerais no contexto da tradição fregeana³⁶. O paralelo entre, por um lado, a assimetria entre sujeito e predicado e, por outro lado, a distinção entre particular e geral — se bem que já presente, por exemplo, em São Tomás³⁷ — foi, de facto, objecto de várias discussões e controvérsias a partir da obra de Frege.

Esquecerei nesta discussão toda a dimensão que esta questão adquiriu na filosofia inglesa dos finais do século XIX, e nos prolongamentos das correntes idealistas britânicas que sobreviveram ao advento da chamada "filosofia analítica". Tal debate desenrolou-se sobretudo no contexto de um extraordinário florescimento do estudo da teoria das relações internas. Basta citar os nomes de Samuel Alexander, Bernard Bosanquet, F. H. Bradley, Cook Wilson, T. H. Green, H. H. Joachim, J. E. McTaggart e A. N. Whitehead. As posições destes autores não eram em muitos aspectos concordantes, mas havia, por assim dizer, uma maneira de pensar que lhes era comum. O célebre artigo de G. E. Moore "External and Internal Relations" (*Proceedings of the Aristotelian Society*, 1919) representa de algum modo um golpe decisivo nesta tradição e um momento significativo no estabelecimento de uma nova maneira de pensar.

As teses de Frege encontram-se sobretudo expostas num texto de 1892, *Sobre conceito e objecto*. Para Frege, os conceitos possuem uma função essencialmente predicativa, são a denotação de um predicado gramatical, enquanto que os objectos, designados pelos nomes próprios, que são signos de objectos, não podem ser usados como predicados gramaticais: ocupam, antes, o lugar do sujeito da frase. Os objectos são introduzidos por artigos definidos, os conceitos por artigos indefinidos. "O Pedro é um homem." Os objectos denotam sujeitos, mas não podem nunca ser a denotação total de um predicado: Pedro não esgota o conjunto dos objectos representado pelo conceito "homem". É verdade que, se se quer explicar um conceito, ele deve ser colocado na posição de sujeito: "o conceito de homem é o conceito de um bípede sem penas". Mas, como escreve Frege, o conceito enquanto tal não pode desempenhar este papel, devido à sua natureza predicativa; deve

primeiro ser convertido num objecto, ou, melhor, deve ser substituído por um objecto. A expressão “o conceito «homem»” não designa um conceito, mas um objecto. Há hierarquias de conceitos: assim, por exemplo, “homem” pertence a um nível hierárquico inferior a “ser vivo”. “Ser vivo” é um conceito de segunda ordem, ou de segundo nível, por relação a “homem”. Os conceitos de segundo nível *contêm* outros conceitos, enquanto que os conceitos de primeiro nível *reunem* objectos. A característica fundamental dos conceitos, aquilo que determina a sua natureza intrinsecamente predicativa, é o facto de, na terminologia de Frege, eles não serem saturados; dito de outro modo: são funções (por oposição aos objectos, que são argumentos dessas funções). A relação entre objectos e conceitos representa um pensamento. Os pensamentos seriam impossíveis caso os elementos que os formam fossem ambos saturados: é, portanto, necessário, que um dos elementos — o conceito — não seja saturado. Pensar, capturar um pensamento, é sempre estabelecer uma relação entre um objecto saturado e um conceito não-saturado. Ou, dito de outra maneira: entre um particular e um universal³⁸.

A caracterização fregeana marcou decisivamente os trabalhos filosóficos que se lhe seguiram. Tome-se o exemplo do artigo de Russell, datado de 1911, “On the Relations of Universals and Particulars”³⁹. No seu artigo, Russell procura legitimar a existência de um dualismo irreduzível entre universais e particulares, opondo-se quer a certas versões do idealismo, que negam a existência de particulares, quer às formulações clássicas do empirismo, sobretudo em Berkeley, que recusam a existência dos universais. A distinção entre particulares e universais não é, no entanto, fácil. Russell aborda vários tipos de distinções. De acordo com uma *distinção psicológica*, os particulares seriam perceptos, e os universais seriam conceitos. De acordo com uma *primeira distinção metafísica*, os particulares seriam coisas existentes no tempo, os universais coisas não existentes no tempo. Uma *segunda distinção metafísica* situa os particulares como entidades que se encontram num lugar, e não em mais do que um lugar, de cada vez (os corpos, por exemplo), e os universais como entidades que não se encontram em lugar nenhum (as relações, por exemplo) ou que se encontram em vários lugares ao mesmo tempo (qualidades gerais, como a brancura). Uma *primeira distinção lógica* associa os particulares a entidades que não são relações e os universais a puras relações (nesta distinção, note-se, os universais da tradição filosófica — a brancura, por exemplo, ou a beleza — seriam de facto, dado o seu estatuto não relacional, particulares). Uma *segunda, e última, distinção lógica*, conferiria o estatuto de particulares aos objectos denotados por substantivos, enquanto que aos universais corresponderiam os objectos denotados por verbos. A tese de Russell, alcançada através de uma laboriosa discussão da segunda distinção metafísica, relativa à existência espacial temporalmente determinada dos particulares, é a de que a distinção entre particulares e universais é pertinente e logicamente fundada. Um particular é “uma entidade que não se pode encontrar em, ou pertencer a, mais

do que um lugar ao mesmo tempo”, e um universal é “uma entidade que ou não se pode encontrar em, ou pertencer a, um qualquer lugar, ou se pode encontrar em, ou pertencer a, vários lugares simultaneamente”. Esta definição é coerente com a distinção psicológica acima mencionada entre perceptos e conceitos: “a brancura universal é um conceito, enquanto que uma mancha branca particular é um percepto”. Do mesmo modo, como o requer a primeira distinção metafísica, os particulares encontram-se no tempo, os universais não: uma mancha branca é temporalmente determinada, mas a brancura não o é. Finalmente, por relação à segunda distinção lógica, relativa aos substantivos e aos verbos, a coerência manifesta-se igualmente: os substantivos designam substâncias particulares, os predicados e as relações designam universais. É apenas a primeira distinção lógica que se revela inadequada: os universais não se limitam às relações, incluem igualmente os predicados; as não-relações são de dois tipos: ou sujeitos ou predicados; e os predicados são universais. *A doutrina de Russell revela-se assim solidária com a de Frege*, apesar de ter seguido um percurso que não é estritamente lógico-gramatical, já que faz apelo a considerações espaço-temporais (que tenta, é verdade, reduzir a uma estrutura lógica), e de ter definido os universais como sendo constituídos não apenas pelos predicados como também pelas relações: *a relação de predicação é uma relação em última análise simples, os particulares são entidades que só podem ser sujeitos de predicados ou termos de relações*”, isto é, são, num sentido lógico, substâncias. Como escreve Russell: “Temos assim uma divisão de todas as entidades em duas classes: (1) particulares, que entram em complexos apenas como sujeitos de predicados ou termos de relações, e, no caso de pertencerem ao mundo do qual possuímos experiência, existem no tempo, e não podem ocupar mais do que um lugar de cada vez no espaço a que pertencem; (2) universais, que podem ocorrer como predicados ou relações no interior de complexos, não existem no tempo, e não têm com um lugar relação alguma que não possam simultaneamente ter com outro”. É necessário acrescentar que a posição de Russell variou através dos tempos, e, muito mais tarde, em 1940 e 1948, ele veio a conceber a possibilidade de uma linguagem onde os singulares seriam eliminados, uma linguagem que não conteria referências a particulares mas apenas a universais, onde os particulares seriam complexos de universais⁴⁰. Voltarei ao primeiro destes dois textos — *An Inquiry into Meaning and Truth* — no final da minha exposição.

A tradição fregeana foi, no entanto, criticada. Uma das mais poderosas críticas da posição fregeana encontra-se no artigo “Universals”, de Frank P. Ramsey⁴¹, concebido directamente como uma crítica de Russell. Uma das objecções de Ramsey incide sobre a hipótese do carácter incompleto (não-saturado, na terminologia de Frege) dos universais. “Sócrates” implica tanto a forma de uma proposição quanto “sábio”. De acordo com Ramsey, pode-se sustentar que todos os objectos (supostamente identificados com os particulares) são incompletos,

na medida em que contém as formas de proposições de que são constituintes. O erro principal, o *proton pseudos*, consistiria em fundar a distinção entre particular e universal na distinção entre sujeito e predicado, em assumir uma assimetria fundamental entre os dois termos de uma proposição (sujeito e predicado): “não há qualquer distinção essencial entre o sujeito de uma proposição e o seu predicado, e nenhuma classificação fundamental dos objectos pode ser baseada numa tal distinção”; “toda a teoria dos particulares e dos universais deve-se tomar por uma característica fundamental da realidade aquilo que é apenas uma característica da linguagem”. Devemos então procurar “sentidos de sujeito e predicado que não sejam puramente gramaticais, mas possuam um genuíno significado lógico”. A atitude de Ramsey consiste em mostrar que várias proposições, nomeadamente as proposições compostas, isto é, proposições contendo palavras tais como “e”, “ou”, etc., mas mesmo as proposições atómicas, contendo apenas nomes e eventualmente uma cópula, não são analisáveis em termos da relação entre sujeito e predicado. Não há, de acordo com Ramsey, qualquer assimetria entre indivíduos (particulares) e qualidades (universais). A escolha de um determinado termo como particular resulta do nosso interesse, daquilo sobre o qual escolhermos reflectir.

A tradição fregeana, representada pelo Russell de 1911, conhece no entanto, apesar das críticas de Ramsey, uma fecunda herança. As obras de Peter Geach⁴², Williard van Orman Quine⁴³ e Peter Frederick Strawson⁴⁴, situam-se nesta linha.

Geach, por exemplo, escreve: “Um nome tem um sentido completo, e pode bastar-se a si mesmo *<stand for itself>* no simples acto da nomeação; um predicável, por outro lado, é um predicado potencial, e um predicado nunca tem um sentido completo, já que não mostra aquilo sobre o qual incide a predicação *<what the predication is about>*; é aquilo que sobra de uma proposição quando o sujeito é afastado, e assim contém essencialmente um espaço vazio destinado a ser preenchido por um sujeito”⁴⁵. Geach prolonga a sua análise, tipicamente fregeana, da assimetria entre sujeito e predicado — a ausência de sentido completo de um predicável significa evidentemente a sua não saturação — através de várias considerações sobre o modo como a negação opera relativamente aos sujeitos e aos predicáveis, mas não me ocuparei aqui desta questão.

Strawson, em *Individuals*, procura, de um modo curiosamente reminescente de Russell, fundar a distinção entre particular e universal em dois planos que se interpenetram⁴⁶. Em primeiro lugar, trata-se de analisar o modo como identificamos os particulares, essencialmente corpos materiais (os particulares básicos) e pessoas; e, de acordo com Strawson, identificamo-los por meio de um sistema espaço-temporal que tem em nós a sua origem. Em segundo lugar, os particulares são sempre sujeitos, e os universais sempre predicados⁴⁷. A doutrina geral da relação sujeito-predicado em Strawson, permanece, como Gustav Bergmann o sublinhou, herdeira da teoria das funções proposicionais de Frege, bem como do

parágrafo 3.333 do *Tractatus* de Wittgenstein⁴⁸. Os argumentos lógico-gramaticais de *Individuals* haviam já sido esboçados em artigos anteriores, e serão igualmente retomados posteriormente. Os textos principais encontram-se coligidos no volume intitulado *Logico-linguistic Papers*⁴⁹. A noção de «frases de colocação» *<feature-placing sentences>*, por exemplo. Dado que, para Strawson, a noção de particular não é logicamente simples, é possível reduzir todas as frases em que ela aparece a frases de colocação⁵⁰, isto é, a frases que determinam a colocação espacial do particular em questão (do tipo: "Está aqui uma caixa de fósforos"). "A noção de um indivíduo particular inclui sempre, directa ou indirectamente, a noção de colocação *<placing>*, enquanto a noção de uma coisa geral não."⁵¹ Enquanto que um universal pode ser determinado unicamente através do seu sentido, o mesmo não acontece com um indivíduo: "Quando nos referimos a coisas gerais, fazemos abstracção da sua distribuição efectiva e dos seus limites, no caso de estes existirem, de um modo que nos é impossível quando nos referimos a particulares. Daí resulta que, no que diz respeito às coisas gerais, o sentido basta para determinar a referência. E com isto está relacionada a tendência, globalmente dominante, para atribuir uma realidade superior às coisas particulares. No caso destas, o sentido não basta para determinar a referência das suas designações; o elemento extra, contextual, é essencial. Elas são, num sentido assaz preciso, menos abstractas; e nós somos, geralmente, constituídos de maneira tal que identificamos o menos abstracto com o mais real⁵²." Os termos singulares *identificam* os objectos: "A diferença característica [entre os termos singulares e os termos gerais] (...) é que o termo singular é utilizado com o propósito de *identificar* o objecto, de fazer com que aquele que nos ouve (ou, mais geralmente, a audiência) saiba de *qual dos objectos* ou de *qual objecto* se trata; enquanto que o termo geral não é assim utilizado. Basta que o termo geral se aplique de facto ao objecto; não é necessário que igualmente o identifique. (...) Esta tarefa de identificação é a tarefa característica dos termos singulares definidos."⁵³ Já num célebre artigo de 1956, "Singular Terms, Ontology and Identity" — artigo a que voltarei quando referir a crítica de Strawson à tentativa de eliminação dos termos singulares por Quine — Strawson havia insistido na importância da função identificatória dos termos singulares: os termos singulares não se limitam a referir um objecto, servem igualmente para o *identificar*⁵⁴. Para Strawson, a tese de um paralelismo entre a distinção sujeito/predicado e a distinção particular/geral é igualmente válida. Há uma assimetria entre o sujeito e o predicado no que diz respeito à negação e à composição. Pela negação de um predicado, escreve Strawson, retomando os termos de Geach, podemos obter a negação da proposição na qual ele for inicialmente predicado; claramente, nada há de análogo no que diz respeito aos termos que designam o sujeito⁵⁵. Do mesmo modo, há predicados compostos, mas não há sujeitos compostos⁵⁶. Há uma harmonia entre estas duas características, e para descrever esta assimetrias subjacentes entre sujeito e predicado

devemos utilizar uma “terminologia mais extensa do que a simples terminologia da lógica formal”⁵⁷. As assimetrias subjacentes são de dois tipos. *Em primeiro lugar*, existe uma assimetria entre os termos particulares e gerais no que diz respeito à posse de extensões de incompatibilidade⁵⁸. *Em segundo lugar*, existe uma assimetria entre particulares e termos gerais de particulares no que diz respeito à posse de condições suficientes e/ou necessárias⁵⁹. Estas assimetrias explicam as assimetrias entre sujeitos e predicados no que diz respeito à negação e à composição⁶⁰. Como escreve Strawson, o “aparecimento de um qualquer outro tipo de item que não um particular no papel de sujeito, depende de, ou pressupõe, a sua capacidade de aparecer num outro papel proposicional (...) O papel proposicional do particular, por outro lado, é — com uma excepção duvidosa — sempre o de sujeito. (...) Mesmo admitindo essa excepção duvidosa, devemos acrescentar que a capacidade de um particular para aparecer neste tipo de casos como um predicado, depende de, ou pressupõe a sua capacidade para aparecer num outro lugar como um sujeito”⁶¹. Um livro posterior — *Subject and Predicate in Logic and Grammar*⁶² — prolonga e desenvolve as indicações principais contidas nos textos anteriores.

Abordemos agora a posição de Quine. Concentrar-me-ei sobre o seu influente *Word and Object*⁶³. Os termos podem ocupar dois lugares nas frases: uma posição referencial e uma posição predicativa. Esta distinção é equivalente à distinção entre termos singulares e termos gerais em posição predicativa. As frases da linguagem vulgar servem-se da união destes dois termos. Os termos singulares podem ser termos singulares definidos (“leão”, “aquele leão”, “o leão”), e termos singulares indefinidos (“tudo”, “alguma coisa”, “qualquer leão”, “algum leão”). Os primeiros são termos singulares num sentido fundamental, os segundos são-no apenas num sentido derivado. A definição dos termos singulares não é uniforme em Quine: em *Methods of Logic*, um termo é singular se procura definir um e apenas um objecto, abstracto ou concreto; ou, alternativamente, se se trata de um termo que se encontra em posições em que seria coerente utilizar variáveis — x , y , etc. (ou, na linguagem vulgar, pronomes)⁶⁴. Em *Word and Object*, a caracterização dos termos singulares torna-se gramatical. A distinção entre termos singulares e termos gerais em posição predicativa não consiste no facto de os termos singulares referirem apenas um objecto e os termos gerais em posição predicativa referirem muitos objectos (“Pégaso”, por exemplo, um termo singular, não refere qualquer objecto, enquanto que “satélite natural da terra”, um termo geral, refere um único objecto). Ela não consiste também no facto de os termos particulares terem a intenção <purport to> de se referirem apenas a um objecto, diferentemente dos termos gerais. *É apenas pelo seu papel gramatical que os termos gerais e os termos particulares devem ser distinguidos.* “A combinação básica na qual termos gerais e singulares se encontram em posição de contraste é a da *predicação* (...) A predicação junta um termo geral e um termo singular de modo a formar uma frase que é verdadeira ou falsa consoante o termo geral é

verdadeiro ou falso do objecto, no caso de este existir, ao qual o termo singular se refere⁶⁵.

O que é importante na doutrina de Quine — algo que não se encontra de modo algum em Frege, mas que corresponde a um prolongamento, e a uma radicalização, da teoria das descrições definidas de Russell⁶⁶ — é a tese da *superfluidade teórica dos termos singulares*. Os termos singulares podem e devem ser eliminados, através de paráfrase, numa notação canónica: devem transformar-se em variáveis de quantificação⁶⁷. O modelo é, obviamente, como se disse, a teoria das descrições de Russell. O projecto de Quine desenvolve-se contra a possibilidade de uma lógica da linguagem vulgar *«ordinary language»*⁶⁸, cara aos filósofos de Oxford (a chamada *new analysis*), tradição na qual Strawson, embora marginalmente, e com alguma distância, se inscreve. A transformação dos termos singulares em variáveis de quantificação traz-nos indiscutíveis vantagens ontológicas, servindo como uma navalha de Ockham que impede o desenvolvimento de entidades supérfluas⁶⁹. Ela permite igualmente uma simplificação das regras de inferência em lógica⁷⁰.

O facto de haver um terreno comum a todas estas obras — o elas se encontrarem na linhagem fregeana — não significa, evidentemente, a eliminação das controvérsias. Entre estas, sem dúvida que a mais importante é aquela que opôs Strawson e Quine no que diz respeito à possibilidade de eliminar os termos particulares numa linguagem ideal. Ela exprime bem a maneira como os argumentos ontológicos infiltram as discussões lógicas.

A crítica fundamental de Strawson a Quine incide sobre o facto de Quine não sublinhar suficientemente a função *identificadora* dos termos singulares⁷¹. Quine repete assim, de acordo com Strawson, o erro *princeps* de Russell no seu célebre artigo *On denoting*: também na análise das descrições singulares oferecida na teoria das descrições, é suprimida a função identificatória dos termos singulares⁷². Quine propõe, no Capítulo V de *Word and Object (Regimentation)*, através de um programa de paráfrase, a eliminação dos termos singulares definidos, que seriam substituídos por variáveis. Mas, de acordo com Strawson, o nosso entendimento teórico da natureza da notação canónica baseia-se no nosso entendimento teórico da função identificatória dos termos singulares. E, por isso, pesa sobre o programa de Quine a acusação de ele não ter elucidado suficientemente tal função, limitando-se a julgá-la vaga e pitoresca⁷³. Os termos singulares, para Strawson, não se podem reduzir a variáveis. Para começar, a posição predicativa (a dos termos gerais) não é inacessível aos quantificadores⁷⁴. Como Strawson o mostra, servindo-se daquilo que apelida critério dos tipos *«type-criterion»*, que ecoa o critério categorial *«category-criterion»* de *Individuals*⁷⁵, “um termo que designa um particular não pode nunca ocupar uma posição predicativa. Um termo que significa uma espécie ou uma propriedade pode, no entanto, ocupar uma posição referencial ou predicativa, dependendo do facto de se encontrar ou

não em emparelhado <coupled> com um termo de um tipo superior⁷⁶. Deste modo, para Strawson, a "posição referencial de um termo é a posição primeira e fundamentalmente ocupada por um termo que identifica claramente um particular espaço-temporal numa frase que junta esse termo a um outro que significa um princípio de agrupamento de particulares com base em propriedades ou espécies. O termo identificador de particulares é o caso fundamental de um termo singular definido. O outro termo ocupa uma posição predicativa. Em segundo lugar, a posição referencial pode ser ocupada por um termo que signifique um princípio de agrupamento de particulares com base em propriedades ou espécies, desde que esse termo seja ele mesmo emparelhado <coupled> com um outro termo que signifique um princípio mais elevado de agrupar tais princípios de agrupamento. O primeiro destes termos é assim um caso secundário de um termo singular definido. O outro termo ocupa de novo a posição predicativa."⁷⁷ O critério dos tipos é coerente com o critério identificatório, que afirma que cabe aos termos singulares definidos a identificação dos particulares: o critério identificatório, em última análise, pressupõe o critério dos tipos⁷⁸. O resultado do critério dos tipos é mostrar que a regimentação quineana por via da notação canónica não exclui a possibilidade de os próprios termos gerais se transformarem em variáveis, no caso de o sujeito da frase ser ele mesmo um termo geral de tipo inferior àquele que se encontra em posição predicativa⁷⁹. As regras da quantificação devem obedecer ao critério dos tipos⁸⁰. E, fundamentalmente, os particulares, os particulares espaço-temporais, são os objectos primeiros⁸¹. Sendo objectos primeiros, eles são, de direito e de facto, *não elimináveis*. E "uma linguagem que contém referências a particulares tem necessariamente de conter termos singulares para particulares"⁸². De facto, como Strawson o mostrou, Quine oscila entre duas teses, uma tese forte e uma tese fraca: a tese forte afirma que os termos singulares são teoricamente supérfluos, isto é, inexistentes; a tese fraca afirma que eles podem ser dispensados por paráfrase⁸³. Apenas a tese forte concebe a efectiva possibilidade de uma linguagem sem termos singulares; a tese fraca limita-se a propor uma linguagem onde os termos singulares existem, mas onde podem sistematicamente ser parafraseados de forma a serem artificialmente substituídos por frases que os não contém. É certamente que a tese forte não é derivável da tese fraca: a compreensão da paráfrase exige a suposição dos próprios termos singulares que são parafraseados⁸⁴, a eliminabilidade não decorre da parafrasabilidade. O que Strawson mostra em seguida é que os argumentos de Quine favorecem apenas a tese fraca, e que as vantagens que ele pretende recolher da eliminação dos termos singulares são apenas efectivas caso a tese forte seja verdadeira⁸⁵.

A resposta de Quine procede em dois tempos. Em primeiro lugar, trata-se de mostrar que a oposição entre geral e singular é redutível à distinção entre o papel de "F" e o papel de "x" em "Fx"⁸⁶, isto é, é redutível à distinção entre função e argumento da função. Em segundo lugar, Quine procura colocar a tese strawsoniana

relativa à capacidade identificatória dos termos singulares no contexto da sua própria teoria da indeterminação da tradução radical. Conclui assim que a distinção particular/geral é paroquial: "A distinção entre geral e singular é clara dentro da nossa língua ou dentro das suas regimentações. (...) Por outro lado, a distinção entre geral e singular é expressamente talhada para uma linguagem global <full-size language> adequada à ciência. Aquilo que falta à distinção entre geral e singular é uma outra qualidade (...): a qualidade de aplicabilidade a todas as línguas, uma qualidade de que gozam a sinonímia estimular e a analiticidade estimular"⁸⁷. Para não entrar no detalhe dos propósitos teóricos de Quine, basta dizer que não há nenhuma necessidade absoluta que governe a distinção entre singular e geral: ela é apenas pragmaticamente aceitável. Num certo sentido, ecoam nas suas palavras os propósitos de Frank Ramsey que acima mencionei.

A possibilidade de interpretar a oposição entre Strawson e Quine como sendo uma oposição puramente lógica e ontologicamente neutra, no sentido de Carnap⁸⁸, não é satisfatória. Ela deve, pelo contrário, ser entendida — num sentido que o próprio Strawson parcialmente apontou⁸⁹ — à luz da oposição mais geral entre uma espécie de realismo imanente aristotélico e uma paradoxal mistura de nominalismo e de um particular platonismo. É neste contexto que deveria ser encarada a teoria quineana da ontogênese da referência⁹⁰, e a relação entre os "termos sortais" de Strawson e os "termos de referência dividida" de Quine. Não terei no entanto espaço para discutir aqui esta questão.

Saliente-se, para terminar com esta discussão que já vai longa dos aspectos lógico-gramaticais do par particular/universal, que a posição de Strawson, no seu debate com Quine, repete, em muitos aspectos, a crítica de Gustav Bergmann⁹¹ a um dos últimos livros importantes de Russell, *An Inquiry into Meaning and Truth*⁹². Neste livro, Russell propõe uma análise dos *sense data*, dos dados dos sentidos, sem referência a particulares. Na sua crítica, Bergmann começa por distinguir entre "Particular", com maiúscula, e "particular", com minúscula. "Particular" (com maiúscula) possui um sentido não-linguístico: na frase "isto é verde", o referente de "isto" é um particular, um dado dos sentidos, um *sense data*; com minúscula, "particular" possui um sentido linguístico, designa as expressões que, numa proposição, apenas podem aparecer como sujeitos e nunca como predicados⁹³. Ora, o propósito de Russell é o de imaginar uma linguagem em que os referentes dos particulares (no sentido linguístico) sejam universais, e não Particulares (com maiúscula). Escreve Russell: "Proponho-me abolir aquilo que usualmente se chama "particulares", e contentar-me com certas palavras que habitualmente seriam tomadas por universais, tais como «vermelho», «azul», «duro», «mole», e por aí adiante"⁹⁴. Os motivos que levam Russell a esta tentativa de eliminação dos Particulares são, pelo menos, de dois tipos. *Em primeiro lugar*, uma atitude anti-substancialista: na frase "isto é vermelho", "isto" designa um Particular, e cai-se na tentação de considerar os particulares como substâncias; ora, uma

substância é “um algo incognoscível ao qual inerem predicados, mas que, no entanto, não é idêntico à soma dos seus predicados. Tal perspectiva encontra-se aberta a todas as objecções familiares à noção de substância”⁹⁵. A solução consiste em interpretar a frase como significando “a vermelhidão está aqui”, o que des-substancializa o “isto”, a “coisa”, e a substitui por “um feixe de qualidades coexistentes tais como a vermelhidão, a dureza, etc.”⁹⁶. Livramo-nos assim da coisa incognoscível. Como escreve Russell: “Temos a experiência de qualidades, mas não do sujeito ao qual elas são supostas inerir. A introdução de um incognoscível pode geralmente, e talvez sempre, ser evitada através de artifícios técnicos convenientes, e deve claramente ser evitada sempre que possível”⁹⁷. As qualidades — os universais — são suficientes para o conhecimento científico, “sem termos de supor que elas possuem instâncias”⁹⁸, isto é, Particulares entendidos como substâncias que exemplificam essas mesmas qualidades. O *segundo motivo* que leva Russell a procurar a eliminação dos Particulares reside na sua preocupação de estabelecer as regras de um conhecimento científico universalmente partilhável, e aqui a sua oposição dirige-se à utilização daquilo que designa por “particulares egocêntricos”, isto é, termos que referem directamente o conhecimento ao sujeito cognoscente, à sua posição no tempo e no espaço (“eu”, “aqui”, “agora”). “Todas as palavras egocêntricas podem ser definidas em termos de «isto»”⁹⁹. “Isto” corresponde a “Eu-agora”. A tese de Russell consiste em dizer que “isto” é “uma palavra que não é necessária para uma descrição completa do mundo”, o mesmo valendo para “eu” e outras palavras egocêntricas¹⁰⁰. Os particulares egocêntricos “não são necessários em qualquer parte da descrição do mundo, seja ela física ou psicológica”¹⁰¹. Porque é que Russell considera os particulares egocêntricos prejudiciais ao conhecimento científico, ao “conhecimento empírico impessoal”? A sua resposta é a seguinte: se todas as palavras empíricas forem “definidas em termos de particulares egocêntricos, então, já que duas pessoas não podem atribuir o mesmo significado às mesmas palavras egocêntricas, nunca duas pessoas podem atribuir o mesmo significado a *qualquer* palavra empírica, e não há nenhuma proposição empírica em que duas pessoas diferentes possam acreditar simultaneamente”¹⁰². Gustav Bergmann identificou perfeitamente estes dois motivos subjacentes à tentativa russelliana de eliminação dos particulares, e procurou fazer a sua crítica. Russell encontra-se na situação aporética de ter de fazer coabitar um fenomenalismo subjectivista (decorrente da sua negação de qualquer substancialismo) e um realismo que sancione tudo aquilo que aceitamos “ao modo do senso comum, como os ensinamentos da física e da fisiologia”¹⁰³.

Notar-se-á que esta oposição antecipa por uma década a discussão entre Strawson e Quine, se bem que esta última se desenrole sobretudo em termos lógico-gramaticais, e que aquela que opõe Bergmann a Russell seja sobretudo formulada em termos epistemológicos. Mas em ambos os casos, trata-se de uma oposição entre uma atitude particularista (de Bergmann e de Strawson), que

salienta a importância do sujeito no conhecimento, através da insistência no carácter fundamental da localização espaço-temporal na identificação dos objectos, e uma atitude universalista (de Russell e de Quine), que procura, através da eliminação dos particulares, por via lógico-gramatical ou por via epistemológica, o estabelecimento de um conhecimento impessoal. Para utilizar uma tipologia célebre de Strawson¹⁰⁴, encontramos aqui a oposição entre, por um lado, uma “metafísica descritiva”, e, por outro, uma “metafísica revisionária”, isto é, entre uma metafísica que procura esclarecer os esquemas conceptuais mais ou menos universalmente aceites e uma metafísica que procura substituir esses mesmos esquemas por outros que chocam com os primeiros.

5. Particular/universal e maneiras de pensar

Procurei até aqui estabelecer uma hierarquia que poderia chamar vertical entre as diversas modalidades do par universal/particular, e que se encaminharia idealmente do mais preciso para o mais vago (volto a lembrar que, por razões de comodidade de exposição tratei em último lugar do aspecto mais preciso, o aspecto lógico-gramatical, que, para ser fiel ao meu plano, deveria ter abordado em primeiro lugar).

Gostaria agora, muito brevemente, de referir um outro modo, por assim dizer horizontal, de abordar o problema, através do conceito de maneira de pensar (*Denkungsart*, em Kant).

Parto de uma constatação: não pensamos da mesma maneira quando pensamos sobre os objectos da natureza (como, por exemplo, o faz a física), sobre a beleza, ou sobre a moralidade (ou a política, ou a história — em geral, sobre tudo que faça intervir a questão da liberdade humana). Estas diferentes maneiras de pensar divergem em muitos aspectos. A intencionalidade do pensamento, por exemplo, não é do mesmo tipo nas três maneiras de pensar. Do mesmo modo, o modelo de rigor, de exactidão — de *akribeia*, como diria Aristóteles — varia de uma maneira de pensar para outra. Como varia igualmente o modelo da relação entre o particular e o universal.

Muito rapidamente. A relação entre um electrão particular e o universal “electrão” é uma relação de instanciação: o electrão particular é um exemplo concreto do conceito “electrão” — não se confunde com ele nem é indeterminado por relação a ele. A relação do *Anjo* de Memling no Louvre com o universal “beleza” não é uma relação de instanciação: não há, neste caso, distinção entre universal e particular — o particular é o universal (e o mesmo se pode dizer da *Mulher do turbante* de Vermeer, etc.). Por fim, a relação do capitalista individual com o tipo ideal (universal) do capitalista, segundo Weber, ou a relação de um qualquer regime despótico particular com o tipo ideal (universal) do regime despótico

estabelecido por Montesquieu, não são nem relações de instanciação de um universal por um particular, nem relações de identidade entre um particular e um universal: elas estabelecem-se de uma forma que é, de direito e de facto, razoavelmente indeterminada. Os universais da sociologia, por exemplo, ou da teoria política, são válidos na medida em que o seu potencial heurístico e descritivo é efectivo: mas não determinam por inteiro os seus objectos.

Estas breves notas limitam-se a indicar uma outra linha possível de analisar a relação particular/universal: através da diferença entre as maneiras de pensar.

6. A diversidade cultural e a comunicação filosófica

Procurei mostrar que a oposição entre particular e universal se deixa abordar através de vários pontos de vista que não são coincidentes nem nos seus objectos, nem nos métodos de tratamento, nem nos objectivos.

Resta-me, para concluir, dizer algumas breves palavras sobre a relação entre a diversidade cultural e a tradição filosófica.

Existem, sem dúvida, tradições filosóficas distintas. Fala-se, por exemplo, de filosofia anglo-saxónica e de filosofia continental, e essa distinção (se bem que tenda nitidamente a esbater-se) possui sem dúvida alguma pertinência. O grande historiador das ciências Pierre Duhem sugeriu igualmente, em páginas célebres, nos primeiros anos do século que agora finda, a existência de um *estilo de pensamento* inglês e de um *estilo de pensamento* francês, diversos um do outro, que conduziam a aproximações diferenciadas dos factos científicos¹⁰⁵.

Convém, no entanto, esclarecer um aspecto. A existência de tradições filosóficas nacionais é coisa inteiramente distinta da existência de filosofias nacionais, expressão que encerra em si uma contradição. A filosofia fala para toda a gente, tem uma linguagem técnica que é assimilável por toda a gente, e é assim que deve ser. Nem Aristóteles, nem Leibniz, nem Hume, nem Kant, nem Bertrand Russell foram “filósofos nacionais”. A única realidade que a expressão “filosofia nacional” designa é a má filosofia. “Filosofia nacional” quer sempre dizer “filosofia paroquial”.

Frege escreveu que “quanto mais uma comunicação é científica, menos a nacionalidade do autor nela transparecerá e mais fácil será a tradução”¹⁰⁶. Sem dúvida que a filosofia não é uma ciência, mas a frase de Frege deve servir-lhe de guia.

Dizer isto não é negar a riqueza do semantismo natural de cada língua, e o direito (ou mesmo o dever) dos filósofos explorarem os recursos que as diferentes línguas lhes oferecem. Mas isso também não significa que o seu pensamento esteja pré-determinado pela língua adoptada. Um linguista eminente pôde um dia afirmar que as dez categorias aristotélicas nada mais eram do que a “projectão conceptual de um dado estado linguístico”, nomeadamente o da língua grega do

século IV antes da nossa era¹⁰⁷; e um filósofo pôde mostrar quão abusiva era tal afirmação: Aristóteles havia operado uma selecção sobre o material que tinha à sua disposição, não o havia servilmente copiado¹⁰⁸. O pensamento filosófico opera uma selecção sobre o pensamento natural da língua¹⁰⁹, não o imita — ou projecta, ou decalca — servilmente. De resto, como Heidegger infelizmente no-lo mostrou, é preciso ter cuidado com o génio da língua.

A filosofia encontra-se por definição aberta à diversidade cultural. Leibniz, que escrevia regularmente em três línguas — o francês, o latim e o alemão — e para quem o irenismo era um traço de carácter filosófico, gostava de citar uma expressão de um autor hipocrático: *sumpnoia panta, tudo conspira*¹¹⁰ — quer dizer: tudo se encontra relacionado. A boa filosofia, a única, é a que se abre a essa conspiração universal da diversidade. No interior de uma linguagem que é técnica e partilhada.

Bibliografia

- Aaron, R.I. — (1941) "Hume's Theory of Universals", *P.A.S.*, New Series, XLII, 117-140.
- Abraham, W.E. — (1975) "Predication", *Studia leibnitiana*, VII, 1, 1-20.
- Aginsky, B.W. e Aginsky, E.G. — (1948) "The Importance of Language Universals", *Word*, IV, 168-172.
- Armstrong, D.M. — (1978) *Universals and Scientific Realism*, 2 vols., Cambridge University Press, Cambridge.
- Bach, E., e Hans, R.T., eds. — (1986) *Universals in Linguistic Theory*, Holt, Rinehart and Winston, Nova Iorque.
- Bambrough, R. — (1961) "Universals and Family Resemblances", *P.A.S.*, New Series, LXI, 207-222.
- Bealer, G. — (1982) *Quality and Concept*, Clarendon Press, Oxford.
- Benveniste, G. — (1966) *Problèmes de linguistique générale*, I, Gallimard, Paris.
- Bergmann, G. — (1947) "Russell on Particulars", *Philosophical Review*, 59-72.
- (1960) "Strawson's ontology", *The Journal of Philosophy*, LVII, 601-622.
- Berlin, B., Breedlove, D.E., Raven, P.H. — (1968) "Covert Categories and Folk Taxonomies", *American Anthropologist*, 70, 290-299.
- Berlin, B. e Kay, P. — (1969) *Basic Color Terms*, University of California Press, Berkeley.
- Berlin, B. — (1972) "Speculations on the Growth of Ethnobotanical Nomenclature", *Language in Society*, I, 51-86.

- Berlin, B., Breedlove, D.E., Raven, P.H. — (1973) "General Principles of Classification and Nomenclature in Folk Biology", American Anthropologist, 75, 214-242.
- Brown, C. — (1977) "Folk Botanical Life-Forms: Their Universality and Growth", American Anthropologist, 79, 317-342.
— (1979) "Folk Zoological Life Forms: Their Universality and Growth", American Anthropologist, 81, 791-817.
- Brown, C. e Witkowsky, S.R. — (1981) "Figurative Language in a Universalist Perspective", American Ethnologist, VIII, 596-615.
- Cain, A.J. — (1958) "Logic and Memory in Linnaeus's System of Taxonomy", Proc. Linnean Soc. of London, 144-163.
- Carnap, R. — (1928) Der logische Aufbau der Welt, Weltkreis Verlag, Berlin.
- Casullo, A. — (1984) "The Contingent Identity of Particulars and Universals", Mind, XCIII, 527-541.
- Chakrabarti, K. — (1975) "The Nyaya-Vaisesika Theory of Universals", Journal of Indian Philosophy, 3, 363-382.
- Chomsky, N. — (1965) Aspects of Theory of Syntax, The MIT Press, Cambridge, Mass.
— (1980) Rules of Representation, Blackwell, Oxford.
- Clarke, F.P. — (1962) "St. Thomas on 'Universals'", The Journal of Philosophy, LIX, 720-725.
- Dahlstrom, D.O. — (1980) "Signification and Logic: Scotus on Universals from a Logical Point of View", Vivarium, XVIII, 2, 81-111.
- Dascal, M. — (1982) "Universal Language Schemes in England and France, 1600-1800. Comments on James Knowlson", Studia Leibnitiana, XIV, 1, 98-109.
- Davidson, D. — (1984) Inquiries into Truth and Interpretation, Clarendon Press, Oxford.
- Duhem, P. — (1993) La théorie physique. Son objet, sa structure (1914), Vrin, Paris.
- Dulckeit, K. — (1986) "Can Hegel Refer to Particulars?", The Owl of Minerva, 17, 2, 181-194.
- Fishman, J.A. — (1960) "A Systematization of the Whorfian Hypothesis", Behavioral Science, 5, 323-339.
- Fodor, J. — (1979) The Language of Thought (1975), Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Frege, G. — (1892), "Über Begriff und Gegenstand", Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie, 16, 192-205.
— (1919) "Der Gedanke", Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus, 1, 58-77.

- Frisch, J. A. — (1972) "Mohawk Color Terms", Anthropological Linguistics, 14, 306-310.
- Geach, P.T. — (1950) "Subject and Predicate", Mind, 461-482.
 — (1980) Reference and Generality (1962), Cornell University Press, Ithaca.
 — (1981) Logic matters (1972), Blackwell, Oxford.
- Gil, F. — (1984) Mimésis e negação. IN/CM, Lisboa.
 — (1989) "Como pensa a língua", Análise, 12, 179-199.
- Gilmour, J.S.L. — (1951) "The Development of Taxonomic Theory since 1851", Nature, 168, 400-402.
- Goodman, N. — (1983) Fact, Fiction and Forecast (1979), Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Greenberg, J.H. — (1963), ed., Universals of Language, Mit Press, Cambridge, Mass.
 — (1975) "Research on Language Universals", Annual Review of Anthropology, 75-94.
- Greenberg, J.H., Ferguson, Ch. A., Moravcsik, E.A. — (1978), eds., Universals of Human Language, Stanford University Press, Stanford.
- Heinrich, A.C. (1972) "A Non-european System of Color Classification", Anthropological Linguistics, 14, 220-227.
- Heller, J.L. — (1964) "The Early History of Binomial Nomenclature", Huntia, 1, 33-68.
- Kay, P. e McDaniel, C.K. — (1978) "The Linguistic Significance of the Meanings of Basic Color Terms", Language, 54, 610-646.
- Lehmann, W.P. — (1972) "Converging Theories of Linguistics", Language, 48, 266-275.
- Leibniz, G. W. — (1966) Essais de Théodicée, ed. J. Brunschwig, Garnier-Flammarion, Paris.
- Levi-Strauss, C. — (1962) La pensée sauvage, Plon, Paris.
- Libera, A. de — (1996) La querelle des universaux. De Platon à la fin du Moyen Age, Seuil, Paris.
- Maitra, S.K. — (1974) Fundamental Questions of Metaphysics and Logic, Calcutá.
- McClure, E.F. — (1975) "Ethno-Anatomy: The Structure of the Domain", Anthropological Linguistics, 17, 78-88.
- Mill, J.S. — (1973) A System of Logic (1843), in Collected Works, Vol. VIII, Routledge and Kegan Paul, Londres.
- Moore, G.E. — (1959) Philosophical Papers, Allen and Unwin, Londres.
 — (1962) Common-Place Book, ed. C. Lewy, Allen and Unwin, Londres.

- Owen, G.E.L. — (1978) "Particular and General", P.A.S., 1-21.
- Palmer, G.B. e Nicodemus, L. — (1985) "Coeur d'Alene Exceptions to Proposed Universals of Anatomical Nomenclature", American Ethnologist, 12, 341-359.
- Pomian, K. — (1978) "Entre le visible et l'invisible: la collection", Libre, 3, 3-56.
- Popper, K. R. — (1972), Objective Knowledge, Claredon Press, Oxford.
— (1980), The Logic of Scientific Discovery (1959 (1934)), Hutchinson, Londres.
— (1983) Realism and the Aim of Science, Hutchinson, Londres.
- Popper, K. R. e Eccles, J. (1981) The Self and Its Brain, Springer Verlag, Berlin.
- Pratt, V. — (1972) "Biological Classification", Brit. J. Phi. Science, 23, 305-327.
— (1977) "Foucault and the History of Classification Theory", Stu. Hist. Phi. Sci., e, 2, 163-171.
- Quine, W.v.O. — (1940) Mathematical Logic, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
— (1953) From a Logical Point of View, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
— (1960) Word and Object, The M.I.T. Press, Cambridge, Mass.
— (1969) Ontological Relativity and Other Essays, Columbia University Press, Nova Iorque.
— (1974) The Roots of Reference, Open Court, La Salle, Illinois.
— (1981) Theories and Things, Belknap Press, Cambridge, Mass.
— (1984) Methods of Logic (1950), trad. f. M. Clavelin Méthodes de logique, Armand Colin, Paris.
- Ramsey, F. P. — (1925) "Universals", Mind, XXXIV, 401-417.
- Randall, R.A. e Hunn, E.S. — (1984) "Do Life-forms Evolve or do Uses for Life? Some Doubts About Brown's Universals Hypotheses", American Ethnologist, 329-349.
- Rossi, P. — (1993) Clavis Universalis (1960), trad. F. P. Vighetti Clavis Universalis, Jérôme Millon, Grenoble.
- Russell, B. — "On Denoting", Mind, XIV, 479-493.
— (1911), "On the Relations of Universals and Particulars", P.A.S., XII, 1-24.
— (1912) The Problems of Philosophy, Oxford University Press, Oxford.

- (1914) Our Knowledge of the External World, Allen and Unwin, Londres.
- (1940), An Inquiry into Meaning and Truth, Allen and Unwin, Londres.
- (1948) Human Knowledge: Its Scope and Limits, Allen and Unwin, Londres.
- (1959) My Philosophical Development, Allen and Unwin, Londres.
- Sahlins, M. — (1976) "Colors and Cultures", Semiotics, 16, 1, 1-22.
- Sanford, D. H. — (1980) "Armstrong's Theory of Universals", Brit. J. Phil. Sci., 31, 69-79.
- Simpson, G. C. — (1989) Principles of Animal Taxonomy (1962), trad. p. F. A. Ilharco Princípios de taxonomia animal, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Slaughter, M. M. — (1982) Universal Languages and Scientific Taxonomy in the Seventeenth Century, Cambridge University Press, Cambridge.
- Strawson, P.F. — (1956) "Singular Terms, Ontology and Identity", Mind, LXV, 433-454.
- (1959) Individuals, Methuen, Londres.
- (1971) Logico-Linguistic Papers, Methuen, Londres.
- (1974) Subject and Predicate in Logic and Grammar, Methuen, Londres.
- Thom, R. — (1980) "Predication and Grammaire Universelle", Fundamenta Scientiae, 1, 23-34.
- Thompson, W. R. — (1952) "The Philosophical Foundation of Systematics", The Canadian Entomologist, LXXXIV, 1, 1-16.
- Tweedale, M.M. — (1984) "Alexander of Aphrodisias Views on Universals", Phronesis, XXIX, 279-303.
- Urmson, J. O. — (1961) "*Critical Notice de Individuals*", Mind, 258-264.
- Vuillemin, J. — (1967) De la logique à la théologie. Cinq études sur Aristote, Flammarion, Paris.
- Wittgenstein, L. — (1984) Philosophische Untersuchungen, Suhrkamp, Francforte.
- Yates, F. A. — (1984) The Art of Memory (1966), Ark Paperbacks, Londres.

Notas

¹ O texto desta comunicação é, em parte, a tradução do relatório de uma investigação levada a cabo na Universidade de Cambridge de Março a Setembro do já longínquo ano de 1986, graças a uma bolsa do *British Council*. Reduzi as secções 2 e 3, ampliei a secção 4, e acrescentei as secções 5 e 6. Pouco acrescentei à bibliografia de que me servi na altura: apenas no que diz respeito à secção 2 tal poderia constituir um defeito redibitório, mas não creio, dada a generalidade dos argumentos aqui propostos (sobretudo nesta versão condensada), que assim seja.

² Pratt, 1972.

³ Thompson, 1952.

⁴ Armstrong, 1978. Para uma visão de conjunto da posição de Armstrong, cf. Sanford, 1980.

⁵ Wittgenstein, 1984.

⁶ Bambrough, 1961.

⁷ Popper, 1972; cf. igualmente Popper e Eccles, 1981.

⁸ Levi-Strauss: 1962. Levi-Strauss insistiu enormemente, como se sabe, no *prazer de classificar*. Várias páginas de *La pensée sauvage* ecoam os propósitos de Aristóteles no livro Alfa da *Metafísica*.

⁹ Heller, 1964; cf. igualmente Slaughter, 1982: 79.

¹⁰ Simpson, 1989, que aborda igualmente um vasto número de outras questões postas pela taxonomia científica.

¹¹ Gilmour, 1951.

¹² Cf. Slaughter, 1982; para questões aparentadas a estas, cf. igualmente, entre uma vasta bibliografia, Yates, 1984; Rossi, 1993; Dascal, 1982.

¹³ Cf. Gil, 1984: 125 sgts..

¹⁴ Cf. Gil, 1984: 131 sgts., e Pomian, 1978.

¹⁵ Fishman, 1960.

¹⁶ Fishman, 1960: 337.

¹⁷ Cf., por exemplo, Quine, 1969.

¹⁸ Quine, 1960: 52; cf. igualmente Quine, 1969: 30 sgts.

¹⁹ Chomsky, 1965; Bach e Hans, 1968.

²⁰ Greenberg, 1963; Greenberg *et alli*, 1978.

²¹ Lehman, 1972.

²² Aginsky e Aginsky, 1948.

²³ Cf., por exemplo, Fodor, 1979.

²⁴ Berlin e Kay, 1969; Frisch, 1972; Heinrich, 1972; Sahlins, 1976; Kay e MacDaniel, 1978.

²⁵ Berlin, Breedlove e Raven, 1968, 1973; Berlin, 1972; Brown, 1977, 1979; Randall e Hunn, 1984.

²⁶ McClure, 1975; Brown e Witkowski, 1981; Palmer e Nicodemus, 1985.

²⁷ Sahlins, 1976.

²⁸ Greenberg, 1975; Thom, 1980.

²⁹ Owen, 1978.

³⁰ Maitra, 1974; Chakabarti, 1975.

³¹ Dahlstrom, 1980.

³² Libera, 1996.

³³ Armstrong, 1978.

³⁴ Aaron, 1941. Popper defenderá, de resto, uma interpretação da probabilidade em termos de propensão (cf. Popper, 1983). Cf. tb, numa outra perspectiva, os conceitos goodmanianos de *projectibilidade* e *entrincheiramento* (Goodman, 1983: Capítulos III e IV).

³⁵ Popper, 1980.

³⁶ Frege, 1892.

³⁷ Clarke, 1962. Cf. tb. Geach, 1950: 465.

³⁸ Frege, 1892.

³⁹ Russell, 1911. Cf. igualmente Russell, 1912, Capítulos X e XI; e 1959: Capítulo XIV.

⁴⁰ Russell, 1940: Capítulos VI-VIII; 1948: Parte IV, Capítulo VIII. Cf. igualmente Casullo, 1984.

⁴¹ Ramsey, 1925. Para uma crítica da posição de Ramsey, cf. Geach, 1950: 474 sgts.

⁴² Geach, 1950, 1980, 1981.

⁴³ Quine, 1940, 1953, 1960, 1984.

⁴⁴ Strawson, 1956, 1959, 1971, 1974.

⁴⁵ Geach, 1980: 57. Cf., em geral todo o Capítulo II. E, sobretudo, Geach, 1950, que contém uma versão mais completa dos seus argumentos. Para uma crítica deste artigo, cf. Strawson, 1959: 143 sgts. Para uma defesa da posição de Geach relativamente ao ataque de Strawson, cf. Urmson: 263-264.

⁴⁶ Strawson, 1959. Para algumas análises críticas de *Individuals*, cf. Bergmann, 1960, e Urmson, 1961.

⁴⁷ Strawson, 1959.

⁴⁸ Bergmann, 1960: 620.

⁴⁹ Strawson: 1971.

⁵⁰ Strawson, 1971: 36-43. Sobre as frases de colocação, cf. 1959: 202 sgts.

⁵¹ Strawson, 1971: 49.

⁵² Strawson, 1971: 51-52.

⁵³ Strawson, 1971: 59.

⁵⁴ Strawson, 1956: 438-439.

⁵⁵ Strawson, 1971: 96.

⁵⁶ Strawson, 1971: 101. Sobre os critérios da negação e da composicionalidade, cf. Abraham, 1975: 14.

⁵⁷ Strawson, 1971: 101.

⁵⁸ Strawson, 1971: 102.

⁵⁹ Strawson, 1971: 102-103.

⁶⁰ Strawson, 1971: 104. Sobre a assimetria relativa à negação, cf. as págs. 104-107; sobre a assimetria relativa à composição, cf. as págs. 107-111.

⁶¹ Strawson, 1971: 114-115. Sobre a excepção em questão, cf. Strawson, 1959: 167 sgts.

⁶² Strawson, 1974.

⁶³ Quine, 1960.

⁶⁴ Para uma crítica da definição dos termos singulares em *Methods of Logic*, cf. Strawson, 1956: 437 sgts.

⁶⁵ Quine, 1960: 96.

⁶⁶ Cf. Russell, 1905.

⁶⁷ Quine, 1984: 246 sgts.; Quine, 1953: 146.

⁶⁸ Quine, 1960: 158-159.

⁶⁹ Quine, 1984: 234; Quine, 1958: Capítulo I, sbtd. págs. 12-13.

- ⁷⁰ Quine, 1953: 167. Para uma exposição das vantagens da eliminação dos termos singulares segundo Quine, cf. Strawson, 1956: 441-444.
- ⁷¹ Strawson, 1971: 62.
- ⁷² Strawson, 1971: 63-64. Para os elementos da controvérsia entre Russell e Strawson, cf. Russell, 1905; Strawson, 1971, Capítulo I (que retoma o artigo "On Referring", de 1950); e Russell, 1959, 175-180.
- ⁷³ Strawson, 1971: 64. Cf. igualmente p. 55.
- ⁷⁴ Strawson, 1971: 65.
- ⁷⁵ Cf. Strawson, 1959: 167-173.
- ⁷⁶ Strawson, 1971: 69.
- ⁷⁷ Strawson, 1971: 70.
- ⁷⁸ Strawson, 1971: 69-70.
- ⁷⁹ Strawson, 1971: 71-74.
- ⁸⁰ Strawson, 1971: 72.
- ⁸¹ Strawson, 1971: 73-74.
- ⁸² Strawson, 1956: 453. Cf. igualmente 1956: 451
- ⁸³ Strawson, 1956: 433 sgts.
- ⁸⁴ Strawson, 1956: 434 sgts.
- ⁸⁵ Strawson, 1956: 435 sgts. Para uma discussão das críticas de Strawson no seu artigo de 1956, cf. Davidson, 1985: 4-7.
- ⁸⁶ Quine, 1969: 320.
- ⁸⁷ Quine, 1969: 322.
- ⁸⁸ Carnap, 1928.
- ⁸⁹ Strawson, 1956: 454; cf. tb. p. 449.
- ⁹⁰ Quine, 1960, 1974.
- ⁹¹ Bergmann, 1948.
- ⁹² Russell, 1940.
- ⁹³ Bergmann, 1947: 60.
- ⁹⁴ Russell, 1940: 94-95.
- ⁹⁵ Russell, 1940: 97.
- ⁹⁶ Russell, 1940: 97.
- ⁹⁷ Russell, 1940: 98.
- ⁹⁸ Russell, 1940: 103.
- ⁹⁹ Russell, 1940: 108. Sobre a eliminação dos "particulares egocêntricos", cf. igualmente Russell, 1948: 100-108.
- ¹⁰⁰ Russell, 1940: 113.
- ¹⁰¹ Russell, 1940: 115.
- ¹⁰² Russell, 1940: 126.
- ¹⁰³ Bergmann, 1947: 69.
- ¹⁰⁴ Cf. Strawson, 1959.
- ¹⁰⁵ Duhem, 1993.
- ¹⁰⁶ Frege, 1919.
- ¹⁰⁷ Benveniste, 1966: I, 70.
- ¹⁰⁸ Vuillemin, 1967: 76-77.
- ¹⁰⁹ Sobre esta questão ("como pensa a língua"), cf. Gil, 1989.
- ¹¹⁰ Leibniz, 1966: 39.